

**A PERCEÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE SOBRE A
IMPORTÂNCIA DA NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA PEQUENAS E
MICROENTIDADES NA PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL**

68A

A) Información Financiera y Normalización Contable

Maria de Lurdes Ribeiro da Silva
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

Liliana Ivone da Silva Pereira
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

António Emanuel Fernandes
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

A PERCEÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE SOBRE A IMPORTÂNCIA DA NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA PEQUENAS E MICROENTIDADES NA PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL

Resumo:

Através de um questionário dirigido a profissionais e estudantes das áreas da Contabilidade, Fiscalidade, Auditoria e Gestão, este trabalho procura analisar a sua perceção sobre o contributo dos normativos contabilísticos para Pequenas e Médias Empresas (PME) e para microentidades para a promoção da competitividade destas entidades. A informação contabilística foi considerada muito importante no auxílio aos gestores e empresários na gestão das organizações. Foi ainda verificado que os inquiridos consideram muito importante a existência de normativos contabilísticos mais simplificados, mais acessíveis e de mais fácil aplicação para empresas de menor dimensão, considerando que a existência destes normativos promove a competitividade destas organizações.

Palavras-Chave: PME, contabilidade, NCRF-PE, NCME

1. Introdução

As PME lideram o tecido empresarial português, representando 99% das empresas que apresentaram contas em 2016, contribuindo para 79% do emprego criado (Informa D&B, 2017). Por esta razão, o peso que as PME têm no desempenho da economia portuguesa é assinalável. Torna-se, portanto, necessário que as mesmas tenham uma merecida atenção política e social que as tornem mais competitivas. Para Bessa (2017), os esforços a empreender nas PME passam pela estabilidade e sustentabilidade do sistema bancário, pela promoção da inovação e do empreendedorismo, pela implementação de reformas no mercado do trabalho e, também, pela redução da burocracia.

A internacionalização levou a uma necessidade de sofisticação e complexidade das transações comerciais, que resultaram num aumento de necessidades de diferentes âmbitos. Esta evolução do mundo dos negócios tem colocado constantes desafios à contabilidade enquanto sistema de informação. O mercado global incitou uma profunda alteração ao nível contabilístico através de um processo de harmonização contabilística europeia que culminou no Regulamento 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade/Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIC/NIRF) do *International Accounting Standards Board* (IASB), adaptadas pela União Europeia.

O ano de 2010 foi um marco na harmonização internacional pela transposição de modelos contabilísticos uniformes em todos os países da União Europeia, assente mais em princípios do que em regras. Em Portugal, o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) é um modelo no qual se atende às diferentes necessidades de relato financeiro. Sendo a maioria do tecido empresarial português constituído por pequenas empresas, onde as matérias contabilísticas são tratadas com necessidades de relato mais reduzidas, atende-se, essencialmente, à aplicação da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE). Além desta norma, está ainda contemplada a possibilidade de aplicação de uma norma de requisitos mínimos no âmbito do reconhecimento e mensuração, os quais são extraídos das correspondentes NCRF para as microentidades, através da Norma Contabilística para Microentidades (NCME).

Este estudo procura analisar a importância que a normalização contabilística tem na promoção da competitividade das pequenas e microentidades através da desburocratização e simplificação normativa pela criação de normas simplificadas para estas entidades de menor dimensão. Para tal, selecionamos uma amostra de contabilistas, gestores, empresários, auditores e estudantes das áreas da contabilidade, Fiscalidade, Auditoria e Gestão para avaliar a perceção que os mesmos possuem sobre a importância de normas contabilísticas simplificadas na promoção de competitividade nas PME.

Iniciaremos este trabalho com um enquadramento teórico abrangendo a temática da competitividade empresarial das PME. Abordaremos muito sumariamente a transposição para

Portugal dos normativos contabilísticos para entidades de menor dimensão, assim como uma referência à contabilidade como sistema de informação de apoio à gestão e, também, o papel do profissional de contabilidade nas pequenas e microempresas. Por último, apresentam-se as principais conclusões e limitações ao estudo, apontando também algumas sugestões para investigação futura.

2. Enquadramento teórico

Neste ponto faremos uma breve abordagem à competitividade empresarial, ao papel que a contabilidade tem na competitividade das organizações e à importância do profissional da contabilidade na promoção dessa competitividade.

2.1. Competitividade empresarial

Com a globalização abriram-se caminhos para a formação de organizações, tratados, blocos regionais e acordos comerciais multilaterais, permitindo às empresas competir com entidades de todo o mundo pela conquista de consumidores em áreas geográficas específicas. A abertura dos mercados gerou um aumento do número de transações entre empresas e clientes de países diferentes. Consequentemente, os consumidores ficaram cada vez mais expostos a um assédio de produtos e serviços, fazendo com que haja cada vez mais empresas a disputar o mesmo cliente, revelando-se num aumento significativo da competitividade (Moraes, 2003). Para Mateus (2005) existe uma dificuldade na utilização da definição de competitividade no que respeita à passagem do indicador de competitividade entre empresas para o indicador da competitividade entre países e regiões. Apesar desta dificuldade em definir o conceito, o autor refere que o mesmo é importante e constitui um indicador prioritário para o desenvolvimento das estratégias de concorrência e de crescimento ao nível das empresas, independentemente da sua dimensão. O desempenho competitivo não depende, assim, apenas de características da empresa ou da tecnologia que usa, mas de um conjunto de técnicas e modelos de ação combinados. Como tal, para analisar a competitividade é preciso ter em mente a influência dos padrões setoriais e das características socioculturais presentes nas organizações e no ambiente em que atuam (Pettigrew & Whipp, 1992). Desta forma, pode dizer-se que a competitividade empresarial não se dá apenas por meio de fatores económicos, mas também sociais, culturais e conjunturais. Para Porter (1999), não basta à organização garantir a eficiência operacional como forma de atingir um nível adequado de competitividade, pois a mesma só estará garantida se conseguir estabelecer uma posição privilegiada e sustentada no ambiente. Essa posição privilegiada pode resultar da criação e consolidação de uma imagem de empresa competitiva. Todavia, vai depender do que está a ser valorizado no ambiente e das características do segmento em que a organização atua. Se nesse ambiente a eficiência operacional é o elemento mais valorizado para a competitividade, a empresa competitiva será aquela que inovar nesse

sentido e conseguir estabelecer os padrões que serão seguidos pelas restantes. O autor afirma também que a análise da competitividade com base apenas em padrões técnicos constitui um problema que tem a sua origem na incapacidade de os gestores de empresas distinguirem eficiência operacional de estratégia. Acrescenta ainda que as ferramentas de gestão que visam o aumento da produtividade, a busca da qualidade e da velocidade (como gestão da qualidade total, *benchmarking*, reengenharia e gestão da mudança), embora possam ocasionar melhorias e ganhos operacionais, são incapazes de garantir uma posição privilegiada de sustentação da empresa.

2.2. Adoção em Portugal dos normativos contabilísticos das entidades de menor dimensão

Esta evolução do mundo dos negócios tem colocado constantes desafios à contabilidade enquanto sistema de informação. Estando o nosso país enquadrado na União Europeia, onde a estratégia da mesma é assente numa única economia e numa moeda, a sua concretização depende nomeadamente da existência do relato financeiro baseado no mesmo modelo contabilístico. Foi por esta ordem de ideias que foi iniciado um processo de harmonização contabilística europeia que culminou no Regulamento 1606/2002, adotando as NIC/NIRF do IASB adaptadas pela União Europeia. Até então, a estratégia europeia assentava nas Diretivas Comunitárias, com destaque para as 4^a e 7^a Diretivas e, com a entrada do nosso país na Comunidade Económica Europeia, o modelo contabilístico português foi obrigado a sofrer alterações de forma a estar coerente com as Diretivas europeias.

No ano de 2010 vivemos um momento único no que à harmonização dos modelos contabilísticos diz respeito. A partir desse ano, foi adotado um modelo único em todos os países da União Europeia, assente mais em princípios do que em regras (Pinheiro, Azevedo, & Cruz, 2013). Com a publicação do DL nº 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o SNC e revogou o Plano Oficial de Contabilidade e legislação complementar, e entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2010, iniciou-se uma nova era na contabilidade e relato financeiro em Portugal. Este novo paradigma é caracterizado por ser um modelo assente em princípios contabilísticos e não em regras que ditam os procedimentos contabilísticos, em sintonia com o modelo do IASB adotado na União Europeia, conforme se verifica no preâmbulo do DL nº 158/2009, de 13 de julho: "a normalização contabilística nacional deverá aproximar-se, tanto quanto possível, dos novos padrões, por forma a proporcionar ao nosso país o alinhamento com as Diretivas e Regulamentos Contabilísticos da União Europeia, sem ignorar, porém, as características e necessidades do tecido empresarial português". No entanto, este novo modelo prevê a existência de dois níveis contabilísticos em função de dois fatores, nomeadamente, nas necessidades de relato financeiro e na dimensão económica das empresas. O artigo 3º desse DL estabelece quais as entidades obrigadas a aplicar o SNC:

sociedades abrangidas pelo Código das Sociedades Comerciais (CSC), empresas individuais reguladas pelo Código Comercial, os estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, as empresas públicas, as cooperativas e os agrupamentos complementares de empresas, os agrupamentos europeus de interesse económico e as entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL). O SNC contempla também a particularidade de diferenciar as empresas por outras características qualitativas e diferenciadoras. À partida, todas as empresas que estariam obrigadas a aplicar o SNC enquadravam-se no regime geral (com aplicação das 28 NCRF e 2 normas interpretativas), mas o mesmo previa para determinadas empresas a possibilidade de optarem pelo modelo das pequenas entidades, que contempla uma única norma (a NCRF-PE), tendo ficado o conceito de pequenas entidades definido no artigo 1º da Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, mas também num regime especial simplificado das normas e informações contabilísticas aplicáveis às microentidades (Lei n.º 35/2010, de 2 de setembro de 2010).

Em junho de 2013 foi publicada a Diretiva 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga as Diretivas 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho (4.ª e 7.ª Diretivas). Em junho de 2015, através do DL n.º 98/2015, de 2 de junho, veio-se introduzir no SNC as alterações consideradas indispensáveis para garantir a sua conformidade com a Diretiva n.º 2013/34/UE, de 26 de junho, dentro das opções aí permitidas aos Estados-membros, sendo consequentemente alteradas as Portarias e os Avisos relativos aos instrumentos contabilísticos que compõem o SNC. Na sequência do DL n.º 98/2015, de 2 de junho, foram publicados Portarias e Avisos que contemplam os instrumentos contabilísticos que devem ser aplicados a cada uma das categorias já mencionadas. De entre as alterações assinalamos a dispensa de apresentar o Anexo pelas microentidades, assinalando que estas entidades apresentam informação no balanço e demonstração dos resultados extraordinariamente para melhorar a compreensão da posição financeira. Deste modo, através do DL 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo DL n.º 98/2015, de 2 de junho, adotaram-se medidas com vista à redução do peso global da regulamentação, nomeadamente a redução da carga burocrática e de encargos administrativos de simplificação de procedimentos de relato financeiro, tendo em vista o aumento da produtividade destas empresas de menor dimensão. Assim, atendendo ao tecido empresarial português, o SNC contempla diferentes níveis de relato, em função da dimensão das empresas, com vista à redução do peso global da regulamentação, nomeadamente a redução da carga burocrática e dos encargos administrativos, assim como aplicação de procedimentos de simplificação do relato financeiro, tendo em vista o aumento da produtividade das empresas de menor dimensão. A análise que efetuamos permitiu-nos verificar que o SNC atende a modelos aplicáveis a diferentes necessidades de relato financeiro.

2.3. O papel da contabilidade na competitividade empresarial

Vivemos num mundo global e de constante evolução gerando incertezas e preocupações diárias para todas as organizações, obrigando-as a um acompanhamento e avaliação dos seus negócios com ferramentas de gestão mais compatíveis e fiáveis. Face à competitividade dos mercados e ao surgimento de novas formas de negócios, as organizações precisam de modelos de informações que possibilitem a análise e o acompanhamento das mudanças, favorecendo o estudo e a implementação de estratégias de sucesso que complementem os sistemas de informação de gestão já existentes. A referência a controlo e avaliação na gestão dos negócios estabelece uma relação direta com a contabilidade (Nogas, Luz, & Navarro, 2002).

2.3.1. A contabilidade financeira e de gestão como ferramenta de apoio à gestão nas PME

Para Carvalho e Nakagawa (2001) a fonte de informação que mais se destaca nas empresas é a contabilidade, visto ser a ciência responsável por todo o processo de mensuração, registo e comunicação dos factos que envolvem a atividade empresarial. Para Beuren (1993) a contabilidade tem como principal função elaborar a informação relevante para os gestores, a fim de capacitá-los a alcançar os objetivos da organização com o uso eficiente dos seus recursos, possibilitando-lhes recolher, processar e relatar informações para uma variedade de decisões operacionais e administrativas. Ao longo da sua história, a contabilidade foi correspondendo com o que lhe era solicitado, quer nas informações internas quer nas externas, porém, a sua capacidade de resposta aumentou incomparavelmente com os avanços tecnológicos das últimas décadas, passando-se de uma falta para um excesso de informação. No entanto, mais importante do que ter a informação é ter a informação adequada para o suporte de tomada de decisão, sendo a sua importância avaliada em função da utilidade que tem para os seus utilizadores internos e externos (Gonçalves, Teixeira, Rosário, Mata, & Rita, 2005). Segundo estes autores, citando Anthony e Govindarajan (1998), o campo da contabilidade está amplamente dividido em duas partes, a contabilidade financeira e a contabilidade de gestão. A primeira, fornece a informação externa regulamentada por princípios contabilísticos geralmente aceites (pelo modelo contabilístico do SNC), enquanto que a segunda, fornece a informação de uso interno não obedecendo a princípios ou normas emanadas por entidades reguladoras, mas de regras que permitem obter informação útil para os utilizadores internos.

Segundo Oliveira, Perez e Silva (2002) e Carvalho e Nakagawa (2001), a maioria das PME usa a contabilidade tradicional apenas para cumprir exigências legais e os relatórios contabilísticos por ela gerados raramente acrescentam valor às atividades empresariais. Criou-se o estigma de que a mesma representa um gasto administrativo para as empresas, mostrando-se incapaz de atender satisfatoriamente às necessidades dos utilizadores. Perante

isso, estas empresas poderão enfrentar graves problemas de gestão e de administração se não aplicarem um adequado sistema de informação. Normalmente, as que não têm órgãos de gestão tecnicamente dotados e especializados para o efeito recorrem a serviços de consultoria e contabilidade externos, usando estes somente para o atendimento das exigências fiscais. Como tal, a informação pode tornar-se desadequada e a compreensão dos aspetos contabilísticos, fiscais e financeiros do negócio, podem ficar relegados para segundo plano, podendo levar a um atraso na tomada de decisão correta.

O serviço de produção de relatórios por parte do contabilista é impulsionado por exigências legais e muitos proprietários não entendem ou não usam a informação produzida para além dos requisitos legais, desperdiçando um conjunto de informações imensamente relevantes. A produção de contas anuais é encarada como um “fardo” para as pequenas empresas e o papel do contabilista não é reconhecido para além do cumprimento dos relatórios financeiros. De facto, em muitas PME, o contabilista é encarado como mais um elevado custo, sendo esta a principal barreira ao potencial desenvolvimento dos serviços de contabilidade de gestão das PME (Marriott & Marriott, 2000). As PME têm, por regra, uma dependência parcial de um pequeno número de clientes, face aos poucos produtos/serviços que oferecem ao mercado, permitindo ao proprietário/gestor, manter o controlo, tomar decisões e fornecer capital necessário ao desenvolvimento da atividade. No entanto, geralmente, há a perceção de que, quanto maior a organização, maior a necessidade de gerir a informação contabilística, o que cria a ideia deturpada de que as PME, por serem pequenas, não precisam de sistemas de informação para a contabilidade de gestão para auxiliar as decisões de gestão. No entanto, as PME, comparativamente às grandes empresas, enfrentam os mesmos tipos de complexidades e estão mais propensas a mais falhas. Portanto, a informação de uma contabilidade interna é especialmente importante para melhorar a gestão e decisão dos seus recursos (Hyvönen, 2005).

O conhecimento do negócio e o contributo dos profissionais de contabilidade concorrem significativamente para o sucesso da implementação dos sistemas contabilísticos. Para uma interpretação exata da informação disponibilizada, os gestores das PME necessitam desenvolver os conhecimentos contabilísticos, originando uma correta tomada de decisões (Ismail, 2009). No entanto, para Nandan (2010), os gestores ou proprietários de uma PME têm pouco ou nenhum conhecimento de gestão de empresas. Logo, a capacidade de entender a sua importância e implementar a contabilidade de gestão nas PME é reduzida.

Russo (2009) refere que em Portugal há um grande número de PME que gerem o curto prazo sem uma estratégia definida, com a ausência de planeamento, de ferramentas de gestão e de análise de desempenho, refletindo, assim, a falta de visão a longo prazo. Estas preocupações de gestão de aspetos operacionais de curto prazo condiciona as organizações e contribui para o fraco desempenho das mesmas. Como tal, os responsáveis pela gestão têm necessidade de obter informações abundantes, oportunas, claras e objetivas para

poderem realizar tarefas como o planeamento, a tomada de decisões ou controlo e uma das fontes de informação mais importantes é a contabilidade de gestão.

2.3.2. A importância do profissional de contabilidade para as PME

Uma das maiores dificuldades com que se deparam os proprietários das PME é a interpretação da informação financeira e contabilística. Segundo Farinha (2018), os contabilistas assumem um papel fundamental no valor acrescentado das empresas pela emissão de demonstrações financeiras úteis, credíveis e atempadas. Por isso, é este profissional que contribui para uma aproximação da contabilidade ao empresário, para que a informação fornecida pela contabilidade seja útil para a tomada de decisões. Também Marques (2018) se refere à ligação do contabilista certificado ao empresário, defendendo a afirmação do contabilista como um conselheiro acerca da situação económico-financeira da empresa, podendo ser um promotor de competitividade empresarial. De igual forma, Sousa (2018) defende que os empresários devem ter um maior conhecimento do trabalho do contabilista e que cabe a este demonstrar que a contabilidade é um importante instrumento de gestão e promotora de competitividade.

3. Estudo empírico: procedimentos metodológicos

Neste ponto do nosso trabalho desenvolveremos o estudo empírico sobre o papel que a existência de um enquadramento específico em matéria contabilística para as PME tem para a promoção da competitividade das organizações de menor dimensão. Iniciamos este ponto com a apresentação da questão que norteia a nossa investigação, assim como o objetivo central da mesma. Seguimos com a exposição da metodologia aplicada, seguindo-se uma breve abordagem à população e à amostra desta investigação, às técnicas de recolha, tratamento e apresentação dos resultados. Este ponto termina com a interpretação dos resultados obtidos.

3.1. Questão de investigação e objetivos do estudo

Um problema de investigação pauta-se pela curiosidade sobre uma questão não resolvida, iniciando-se a pesquisa pela busca de solução para o problema que orienta toda a lógica de investigação (Martins & Theóphilo, 2009).

Iniciamos a nossa investigação com a seguinte questão: “a existência de um tratamento contabilístico específico para as entidades de menor dimensão, contribui para um aumento da competitividade destas organizações?”

Para podermos responder à questão de investigação, definimos como principal objetivo deste estudo analisar a perceção de um conjunto de profissionais e estudantes sobre o papel da contabilidade na promoção de competitividade nas PME portuguesas.

Sendo o tecido empresarial português maioritariamente constituído por micro e PME, considera-se pertinente analisar o papel da contabilidade na competitividade empresarial para

uma maior competitividade das PME. Para o efeito, foram recolhidos os dados através da aplicação de um questionário a um conjunto de profissionais e estudantes ligados à área contabilística de PME, com o objetivo de atestar o contributo da normalização contabilística na promoção da competitividade destas entidades de menor dimensão.

3.2. Metodologia do estudo

O objetivo da metodologia é o aperfeiçoamento dos procedimentos e critérios utilizados na pesquisa, ou seja, é a indagação sobre os caminhos ou os modos de se fazer ciência (Martins & Theóphilo, 2009). Adotamos uma metodologia quantitativa na análise ao papel da contabilidade na promoção de competitividade nas PME portuguesas. A metodologia de investigação quantitativa é concretizada no tratamento e análise aos dados obtidos da aplicação de um questionário dirigido a profissionais que exercem a sua função em PME e estudantes da área da contabilidade e áreas afins, de forma a aferir sobre o seu entendimento sobre a importância que tem sido dada à regulamentação contabilística dirigida às PME, para que tenham condições de crescerem num mercado exigente.

3.3. População e Amostra

Segundo Martins e Theophilo (2009, p. 109), “dentre as diversas maneiras de coletar dados a amostragem é a mais frequente, particularmente, nas pesquisas sobre fenómenos sociais e económicos”. O estudo debruça-se sobre uma amostra de profissionais de contabilidade em PME e estudantes da área da contabilidade e áreas afins. Esta amostra foi inicialmente selecionada tendo como universo populacional a lista disponibilizada em base de dados pela Agência para a Competitividade e Inovação, Instituto Público (IAPMEI, I.P.), das “PME Líder 2019” (IAPMEI, 2019). Face ao elevado número de empresas constantes da lista “PME Líder 2019”, optou-se pela recolha de uma amostra atendendo ao critério “empresas sediadas no distrito de Braga”. Após recolha destas organizações, procedeu-se à exclusão das que não dispunham de correio eletrónico divulgado na página *online* oficial ou nas redes sociais. Este critério foi o escolhido pelo facto de o questionário ser enviado por via digital. O estudo utilizou uma amostra final de 201 inquiridos, sendo 51 estudantes da área contabilística e 150 profissionais da mesma área.

3.4. Ferramenta de recolha de dados e procedimentos estatísticos

O inquérito por questionário é uma ferramenta utilizada frequentemente por muitos investigadores (Ferreira & Campos, 2009). Acompanhando os avanços tecnológicos no mundo das comunicações, considerou-se oportuno elaborar um questionário em plataforma eletrónica. Deste modo, foi enviada por correio eletrónico uma hiperligação de acesso ao questionário, permitindo a recolha e o tratamento de dados necessários, minimizando a perda de tempo, a burocracia e os desperdícios financeiros.

Antes do tratamento, análise e apresentação dos dados, foi necessário efetuar a recolha dos mesmos. Utilizou-se como suporte a plataforma de formulários *online Google Forms*, muito usado nos dias de hoje. A disponibilização do questionário em plataforma eletrónica facilitou e agilizou o processo de recolha e organização dos dados no formato *Microsoft Office Excel*.

A análise estatística foi efetuada com o software SPSS-24.0 (*Statistical Package for the Social Sciences*).

As medidas de estatística descritiva usadas foram frequências absolutas e relativas, médias e respetivos desvio-padrão (DP). Foi também aplicada estatística inferencial, tendo em consideração o cumprimento dos critérios necessários para a realização de testes paramétricos, e após realizado o teste da normalidade de *Kolmogorov Smirnov*, foram utilizados testes não-paramétricos.

4. Resultados e discussão

A análise realizada aos resultados obtidos da recolha de respostas ao questionário dirigido a profissionais e estudantes da área contabilística e áreas afins, permitirá aferir sobre a perceção destes intervenientes sobre o contributo para a competitividade da aplicação de procedimentos contabilísticos simplificados para as PME em Portugal.

4.1. Caracterização da Amostra

Como podemos verificar na Tabela 1, foram inquiridos 201 participantes, dos quais 51,2% são do género masculino e 48,8% do género feminino, tendo a maioria dos inquiridos idades compreendidas entre 36 e 55 anos (50,2%).

Tabela 1 - Distribuição das variáveis socioprofissionais

	n	%
Género		
Feminino	98	48,8%
Masculino	103	51,2%
Idade		
< 25 anos	29	14,4%
26 a 35 anos	60	29,9%
36 a 55 anos	101	50,2%
> 56 anos	11	5,5%
Área da última formação obtida		
Contabilidade	52	25,9%
Gestão	51	25,4%
Fiscalidade	36	17,9%
Outra	33	16,4%
Economia	22	10,9%
Finanças	7	3,5%
Área profissional atual		
Contabilidade	70	34,8%
Gestão	59	29,4%
Outra	55	27,4%
Fiscalidade	8	4,0%
Finanças	7	3,5%
Economia	2	1,0%
Está empregado		

Sim	175	87,1%
Não	26	12,9%
É Estudante		
Sim	51	25,4%
Não	150	74,6%

Fonte: Elaboração própria

Em termos de área da última formação, a contabilidade (25,9%) e a gestão (25,4%) são as áreas mais presentes nos inquiridos. Quanto à área profissional exercida aquando do inquérito, a contabilidade obteve a maior percentagem (cerca de 34,8%), seguindo-se a gestão (com 29,4%). Verifica-se ainda que a maioria dos participantes estava empregado (87,1%) e apenas uma pequena parte eram estudantes (25,4%).

4.2. Apresentação e interpretação dos resultados obtidos

O objetivo deste estudo é o de analisar a importância que é dada à contabilidade, no que diz respeito à criação de meios para gerar maior competitividade nas PME portuguesas.

De acordo com Marriott e Marriott (2000) apesar da importância económica e social, existe uma grande lacuna nas PME diretamente relacionada com utilização da informação fornecida pela contabilidade. De facto, a relação entre pequenos proprietários/gerentes de PME e os seus contabilistas é unidirecional no sentido da produção de informação, ou seja, os contabilistas produzem informação essencialmente para cumprimento de exigências legais, não sendo solicitado pelo empresário/gestor ao contabilista um conjunto de informações relevantes para a tomada de decisão. Apesar disso, e de acordo com a Tabela 2, os inquiridos consideraram a informação contabilística muito importante (média=3,72 numa escala de 1 a 4) como ferramenta para a tomada de decisão nas PME.

Tabela 2 - Grau de importância da informação contabilística nas PME

	Média	Dp	Min	Máx
Informação contabilística como ferramenta para a tomada de decisão nas PME	3,72	0,47	2	4

Importância (1=nada importante | 2=pouco importante | 3=importante | 4=muito importante)

Fonte: Elaboração própria

Sendo a maioria do tecido empresarial português constituído por PME e, sendo estas empresas um motor do crescimento económico, nomeadamente, através da criação de emprego, é inevitável a necessidade de atenção por parte dos organismos normalizadores. Fruto desta atenção, foram criadas normas simplificadas em matéria de relato financeiro, a NCRF-PE e a NCME. Neste sentido, procuramos aferir da opinião dos inquiridos quanto à importância da existência destes normativos contabilísticos, mais simples, mais acessíveis e de mais fácil aplicação para as PME. Observando os resultados da tabela 3, os inquiridos consideram como muito importante a existência de normativos contabilísticos mais simplificados para empresas de menor dimensão (média=3,50 na mesma escala).

Tabela 3 - Grau de importância de uma norma contabilística nas PME

	Média	Dp	Min	Máx
Uma norma contabilística simplificada, mais acessível e de mais fácil aplicação para as PME	3,50	0,59	1	4
Importância (1=nada importante 2=pouco importante 3=importante 4=muito importante)				

Fonte: Elaboração própria

Verificou-se ainda que, com base no coeficiente de correlação de *Spearman*, que é uma medida de associação não paramétrica que quantifica a intensidade e a direção da associação entre duas variáveis (Marôco, 2014), que há uma correlação positiva com o grau de importância da existência de uma norma contabilística simplificada, mais acessível e de mais fácil aplicação para as PME ($r=,156^*$), em função da idade do inquirido. No entanto, a mesma não se revela estatisticamente significativa para concluir sobre a importância de uma normalização contabilística simplificada para a promoção da competitividade das PME em função da idade.

Tabela 4 - Correlação com a idade

	Idade
(grau de importância) de uma norma contabilística simplificada, mais acessível e de mais fácil aplicação para as PM	,156*

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (bilateral).

**. A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral).

Fonte: Elaboração própria

Aplicamos o teste de *Kruskall-Wallis*, teste não-paramétrico, apropriado para comparar as distribuições de duas ou mais variáveis pelo menos ordinais, observadas em duas ou mais amostras independentes (Marôco, 2014), para analisar a importância da informação contabilística como ferramenta para a tomada de decisões de gestão e sobre a importância da existência de normas contabilísticas simplificadas em função da área de formação do inquirido. Os resultados revelaram que existem diferenças estatisticamente significativas ($p=0,042$) no grau de importância sobre a existência de uma norma contabilística simplificada, mais acessível e de mais fácil aplicação para as PME, em função da área de formação dos inquiridos, revelando os inquiridos da área da economia são os que atribuem maior importância à existência de um tratamento contabilístico mais simplificado. Existe ainda uma significância estatística para aferir do grau de importância da informação contabilística como ferramenta para a tomada de decisão nas PME ($p=0,016$), sendo os inquiridos com a formação em contabilidade os que revelaram atribuir maior importância à informação contabilística como ferramenta de apoio à decisão. Os profissionais da área da gestão foram os que se seguiram na percepção desta importância.

Tabela 5 - Comparação com a área de formação

Contabilidade	Economia	Fiscalidade	Gestão
---------------	----------	-------------	--------

	(n=52)		(n=22)		(n=36)		(n=50)		<i>p</i>
	Média	Dp	Média	Dp	Média	Dp	Média	Dp	
(grau de importância) da informação contabilística como ferramenta para a tomada de decisão de gestão nas PME	3,87	0,34	3,64	0,58	3,56	0,50	3,68	0,51	0,016
(grau de importância) de uma norma contabilística simplificada, mais acessível e de mais fácil aplicação para as PME	3,44	0,50	3,59	0,59	3,17	0,77	3,56	0,54	0,042

Impacto (1=Nenhum | 2=Pouco | 3=Médio | 4=Muito | 5=Extremo)

Fonte: Elaboração própria

Numa das afirmações verificamos que os resultados obtidos sugerem que há uma associação da perceção da importância dos parâmetros em análise com a formação dos inquiridos. Assim, são os inquiridos da área da contabilidade e da gestão que atribuem maior importância à afirmação de que a informação contabilística é utilizada como ferramenta de tomada de decisão de gestão nas PME. O contrário se verifica na afirmação sobre a importância da existência de uma norma simplificada, mais acessível e de mais fácil aplicação para as PME, pois são os profissionais com formação em economia os que atribuíram maior importância a esta afirmação. Tal resultado se pode dever ao facto de os profissionais que menos lidam com o normativo contabilístico considerarem a simplificação como uma medida confortável para quem está menos identificado com o tema, como estaria um profissional da área da contabilidade.

5. Conclusões

As PME lideram o tecido empresarial português, empregando a maioria da população ativa. Estas empresas têm um peso assinalável na nossa economia, sendo de extrema importância uma atenção política e social a estas entidades, de forma a torná-las mais competitivas. No mundo empresarial debate-se constantemente a competitividade das economias e das empresas, essencialmente a capacidade de serem mais competitivas em mercados concorrenciais (externos e internos), sendo importante encontrar medidas que fomentem a sua competitividade. Além dos fatores económicos, políticos e sociais associados à competitividade empresarial, foi nossa intenção demonstrar o papel que a contabilidade pode exercer na competitividade das PME nacionais. Face aos escassos estudos desenvolvidos em Portugal sobre a temática da competitividade, este estudo propôs-se a realizar um inquérito por questionário dirigido a profissionais e estudantes da área contabilística e áreas afins, no sentido de se aferir a sua perceção sobre o papel da contabilidade para a promoção da competitividade das PME em Portugal.

Sendo a maioria do tecido empresarial português constituído por pequenas empresas, onde as matérias contabilísticas são tratadas com necessidades de relato mais reduzidas, atende-se, essencialmente, à aplicação de normativos mais simplificados. O DL 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo DL n.º 98/2015, de 2 de junho, adotou, por isso, medidas com vista à redução do peso global da regulamentação, nomeadamente a redução da carga

burocrática e, conseqüentemente, de encargos administrativos através da simplificação de procedimentos de relato financeiro, tendo em vista o aumento da produtividade das empresas de menor dimensão.

De facto, atualmente os responsáveis pela gestão têm necessidade de obter cada vez mais informações para poderem realizar tarefas como o planeamento, a tomada de decisões ou controlo. Uma das fontes de informação mais importantes é, sem dúvida, a informação contabilística. Assim, os resultados revelam que os inquiridos concordaram que para as entidades de pequena dimensão é muito importante a existência de normativo específico, mais acessível e de mais fácil aplicação às exigências contabilísticas mais comuns dessas empresas, reduzindo os encargos administrativos e, conseqüentemente, promovendo a sua internacionalização e competitividade.

Consideramos que este estudo contribui para a literatura sobre o tema da competitividade pois, não encontramos outros estudos ou trabalhos no nosso país que analisem a perceção de profissionais das áreas da contabilidade e afins sobre a importância da contabilidade na promoção de competitividade das PME portuguesas. No entanto, a falta de literatura sobre estudos efetuados a pequenas e microempresas revela-se também uma limitação ao estudo realizado. Além disso, a consideração restrita de “PME Líder 2019” do distrito do de Braga revelou-se uma outra limitação ao estudo realizado.

Apresentamos como sugestões para pesquisas futuras, o alargamento deste estudo a todo o país. Uma análise ao contributo do sistema fiscal é também uma perspetiva de investigação que consideramos relevante para o estudo da promoção de competitividade das PME portuguesas. Consideramos ainda como sugestão a realização de um estudo sobre o impacto de medidas fiscais implementadas na sequência da crise sanitária pela COVID-19 para a manutenção da competitividade das PME.

Referências bibliográficas:

Bessa, D. (2017). *Debate sobre os resultados do ranking e os desafios para a competitividade da economia portuguesa*. Porto Business School, Porto. Obtido em: <https://www.pbs.up.pt/pt/artigos-e-eventos/artigos/competitividade-ha-um-enorme-consenso-sobre-o-que-fazer-so-falta-fazer/>, acedido em 2/8/2020.

Beuren, I. M. (1993). *Evolução Histórica da Contabilidade de Custos*. Contab. Vista & Rev. Belo Horizonte, Vol. 5, N.º 1, pp.61-66.

Carvalho, A., & Nakagawa, M. (2001). *As informações contábeis: Um olhar fenomenológico sobre a “res” da logística contábil na identificação dos custos*. VIII congresso Brasileiro de Custos – São Leopoldo. Rio Grande do Sul, 3 a 5 de outubro de 2001.

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho. Aprovou o Sistema de Normalização Contabilística.

Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. Procedeu à transposição da Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013.

Farinha, J. (2018). A Ordem estará onde for necessário para que os empresários percebam a importância dos contabilistas. *Contabilista*, N.º 221, pp. 7-17.

- Ferreira, M. J., & Campos, P. (2009). *O Inquérito Estatístico: uma introdução à elaboração de questionários, amostragem, organização e apresentação dos resultados*. Dossiers Didáticos. Alea. Obtido em: [Microsoft Word - dossieXI Inquerito.doc \(ufp.pt\)](#).
- Gonçalves, S., Teixeira, A. B., Rosário, C., Mata, C., & Rita, R. (2005). *A Importância da Contabilidade Analítica na Tomada de Decisão no Sector Público, Privado e Cooperativo - Estudo Comparativo de Casos*. IX Congresso Internacional de Custos. Florianópolis, 28 a 30 de novembro de 2005.
- Hyvönen, J. (2005). Adoption and Benefits of Management Accounting Systems: Evidence From Finland and Australia. *Advances in International Accounting*, Vol. 18, pp. 97–120.
- Informa D&B (2017). *Barómetro anual. Nascimentos, encerramentos e insolvências no tecido empresarial português*. Informa D&B.
- Ismail, N. A. (2009). Factors Influencing AIS Effectiveness Among Manufacturing SMEs: Evidence From Malaysia. *The Electronic Journal of Information Systems in Developing Countries*, Vol. 38, N.º 10, pp. 1–19.
- Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto, que alarga o conceito de pequenas entidades para efeitos da aplicação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.
- Lei n.º 35/2010 de 2 de setembro de 2010 - Simplificação das normas e informações contabilísticas das microentidades.
- Marôco, J. (2014). *Análise Estatística: Com o SPSS Statistics*, 6ª edição, ReportNumbe.
- Marques, P. A. (2018). Ano de mudança. *Contabilista*, N.º 214, p.3.
- Marriott, P., & Marriott, N. (2000). Professional Accountants and the Development of a Management Accounting Service for the Small Firm. *Management Accounting Research*, N.º 11, pp. 475–492.
- Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2009). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. Atlas.
- Mateus, A. (2005). *Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social. Relatório Final. Volume 1 – As grandes questões conceptuais e metodológicas*. [Microsoft Word - vol1 metodol.doc \(qren.pt\)](#).
- Moraes, E. A. (2003). *Inovação e competitividade: Uma proposta de redefinição da importância e escopo da inovação no modelo de estratégia competitiva baseado em competências cumulativas*. Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo.
- Nandan, R. (2010). Management Accounting Needs of SMEs and the Role of Professional Accountants: A Renewed Research Agenda. *Journal of Applied Management Accounting Research*, Vol. 8, N.º 1, pp. 65–77.
- Nogas, C., Luz, É., & Navarro, R. (2002). A Contabilidade Estratégica como fator de competitividade das empresas no mercado globalizado. *Revista do Conselho Regional Contabilidade Paraná*, N.º. 132, pp. 35-40.
- Oliveira, L., Perez, J., & Silva, C. (2002). *Controladoria estratégica*. Atlas.
- Pettigrew, A., & Whipp, R. (1992). *Managing change for competitive success - Industrial and Corporate Change*, 1st ed., Blackwell Publishers.
- Pinheiro, C., Azevedo, G., & Cruz, S. (2013). Do POC ao SNC: Evolução e aspectos diferenciadores. *Revista Portuguesa de Contabilidade*, Vol. 3, n.º 10, pp. 1–24.
- Porter, M. E. (1999). *Competição: estratégias competitivas essenciais*, 13ª Edição. Elsevier, Editora, Lda.
- Russo, J. (2009). *Balanced Scorecard para PME e pequenas e médias instituições*, 5ª edição, Lidel Edições Técnicas.

Sousa, A. (2018). É necessário simplificar os códigos fiscais. *Contabilista*, N.º 219, pp. 6–12.